

O CULTO DO SENHOR BOM JESUS NA CIDADE DO SALVADOR

Lucas Nunes Stasi¹

Resumo

Desde a Idade Média, dois momentos na vida de Jesus Cristo eram comemorados com grandes festas: o nascimento e a Páscoa. Assim, desenvolveram-se dois cultos, um ao menino Jesus, no ciclo natalino, e outro, do Jesus crucificado, na sua morte e ressurreição. Em Salvador, no século XVIII, foram implantadas duas importantes devoções ao Crucificado: Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, organizada, em 1719, pelos homens pardos, com sede na Igreja da Palma, na freguesia de Santana; Devoção do Nosso Senhor do Bonfim, criada pelos brancos portugueses, tendo como principal benemérito o capitão de mar e guerra e traficante de escravos, Theodósio Rodrigues de Farias, em 1745, tendo como sede a Igreja do Bonfim, na península do Itapagipe.

Palavras-Chave: Cultos, Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, Festas Religiosas

As irmandades

As irmandades religiosas são instituições leigas que adquiriram extrema importância durante longos períodos da história do Brasil. Elas surgiram enquanto instituições na tentativa de atrair maior participação dos leigos no catolicismo e tiveram um importante papel social por meio da chamada ajuda mútua, além de um forte caráter religioso, através do culto de determinado santo de devoção.

Dentre os direitos que recebiam determinado membro de uma irmandade, temos a garantia de um funeral católico, assistência para os enfermos, pagamento de dotes nos casamentos e, em determinados períodos, o pagamento de alforria para irmandades compostas por escravos.

Em Salvador uma das mais antigas destas associações leigas foi a Confraria do Senhor Bom Jesus da cruz, criada pelos homens pardos, em 1719, e com seu *Compromisso* aprovado pelo rei D. José I, em 1764.² O texto que encontramos é do século XIX, época em que o documento foi reelaborado, em 1874, e aprovado, pelo arcebispo Joaquim Gonçalves de Azevedo (1876-1879) em 17 de abril de 1878, e confirmado pelo Presidente da Província da Bahia, Barão Homem de Mello, em maio do mesmo ano.

Podemos compreender essa reforma do documento fundador e regulamentador da confraria pelas tentativas da Igreja Católica, no final dos oitocentos, de melhor supervisionar a religiosidade leiga. Alguns documentos também revelam que esta

irmandade tinha significativa importância para ajuda social em Salvador, como pode ser observado no caso da arrecadação de fundos feita pelos irmãos para as vítimas de um acidente ocorrido no Taboão ao final do século XIX.

A Devoção de Nosso Senhor Jesus do Bonfim foi criada pelos portugueses, especialmente pela iniciativa do capitão de mar e guerra e traficante de escravos Theodósio Rodrigues de Farias, em 1745. O culto teve início na Igreja de Nossa Senhora da Penha, recentemente construída, em 1741. Na verdade, era um conjunto arquitetônico que incluía o templo e a residência de verão do arcebispo, sendo assim conhecido como Palácio do Arcebispo. Serviu ainda de moradia para o arcebispo Dom José Botelho de Mattos.

A Igreja da Penha abrigou a imagem do Senhor do Bonfim, trazida de Setúbal, Portugal, pelo capitão. Como frequentemente acontecia, uma irmandade recém-criada venerava o seu patrono no altar lateral de um templo já existente até angariar fundos para a construção do seu próprio local de culto. Os irmãos escolheram a Colina de Monte Serrat para a edificação de sua igreja. Em 1754, foi concluída a obra da capela do Senhor do Bonfim na Colina, que, por sua vez, passou a ser chamada Colina do Bonfim.

Portanto, a cidade do Salvador tinha duas associações leigas para o culto do Crucificado, a Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, organizada pelos homens pardos, sem distinção profissional, e a Devoção do senhor Bom Jesus do Bonfim, aristocrática, fundada pelos brancos portugueses, cujos irmãos eram comerciantes, médicos, advogados e políticos. Realizavam procissões para o Bom Jesus na cruz, especialmente na Quaresma e na Páscoa, embora a festa principal ocorresse, respectivamente, em setembro e janeiro. Ambas foram criadas com a finalidade de tentar vencer a força da natureza. A Confraria surgiu como pedido para que o filho de Deus socorresse os soteropolitanos durante uma forte tempestade e a Devoção, como pagamento de promessa de um capitão de mar e guerra português que conseguiu vencer as tormentas marítimas na travessia do Oceano Atlântico.

Os compromissos e as festas

O primeiro capítulo do *Compromisso* da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz nos revela a origem da devoção e explica o motivo da recorrência ao Jesus Crucificado:

Corria o mez de Março de 1719. O fulgurante e azulado Céu, desta augusta Cidade, onde germinam fertilmente as cândidas flores da Virtude, começou a vestir-se de negras nuvens. Uma enorme tempestade, com um cortejo de copiosa chuva e furacões, parecia querer tragar essa magestosa cidade. Os Céos, irritados, despidiam frequentemente raios e relâmpagos, que de envolta com chuvas e vendavaes, levavam temor até aos espíritos mais intrépidos. A tristeza já se tinha apoderado do coração dos habitantes desta cidade. Todos entregues a dolorosos pensamentos, iam, por uma vez, aos Templos, para, por meio da Oração, que é “uma fonte inesgotável de toda a casta de bens”, implorar a Clemência Divina.³

O mesmo capítulo, explica, ainda, a filiação dos homens pardos à Confraria:

No meio desta catastrophe, um homem, de cor parda, em hábitos de santa penitencia, apresentar-se nas ruas desta cidade, abraçado com a Santa Cruz, que é, segundo as Escripturas Sagradas, “a expressão do amor de Deus para com o homem”, convocando a outros para, em Procissão, percorrerem as ruas da cidade. Este Devoto, ungido do fogo sacro da Fé, viu suas aspirações realizadas, de sorte que, depois de uma sublime penitencia, recolheu-se, com seus caríssimos Confrades na Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, onde instalou a Pia Devoção da Via Sacra.⁴

Reza o *Compromisso* que os homens pardos, reunidos nessa Confraria, deveriam realizar procissão em todas as sextas-feiras da Quaresma. Os confrades não explicam as razões, mas informam que se transferiram para a Igreja da Palma, na Freguesia de Santana, em 1751, e passaram a usar capa branca e murça⁵ roxa e também mudaram o nome para Fortaleza do Bom Jesus da Cruz.

O artigo 52 do 2º capítulo do *Compromisso*, intitulado “Da Festa, *Te Deum* e Procissão”, estabelecia que as despesas da festividade, que aconteceria no dia 21 de setembro, correriam por conta do presidente e dos mesários da Confraria. Se a data fosse dia de serviço, os festejos seriam adiados para o segundo domingo de outubro. Haveria “[...] *Te Deum* e procissão à tarde, com toda solemnidade e pompa possíveis, conforme permitiram as circunstâncias da Confraria, e a cujos actos são obrigados a assistir e acompanhar com suas capas a Mesa, e todos os Irmãos que comparecerem”⁶.

Já o artigo 58 afirma que o Presidente podia escolher duas provedoras por ano, ou seja, duas senhoras que pudessem contribuir com a quantia de cinquenta mil réis e outros donativos para a festa. Com essa oferta, elas seriam admitidas na Confraria. Porém, tudo indica que o número de provedoras cresceu bastante, pois em uma listagem

de 1922 constam os nomes de 22 provedoras. E os custos eram mesmo altos. Um recibo da Recebedoria Municipal da Bahia, de 06 de outubro de 1897, demonstra que a Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz pagou a quantia de setenta mil réis de “impostos de licença para armar palanque e fogo de artifício no largo da Palma”⁷. Outro recibo do 5º Batalhão informa que foram gastos quatrocentos mil réis com contratação de soldados para a guarda da festa, das 14:30 às 22h⁸.

De acordo com o cronista Silva Campos, “Nenhuma procissão da cidade alta, exceção feita da do Senhor dos Martírios, antigamente, fazia mais longo giro”.⁹ A procissão saía da Igreja da Palma, seguia pela Mouraria, passava pelas ruas Ferraro, Independência, Gravatá, Tijolo, chegava ao Pelourinho, passando pelo Cruzeiro de São Francisco, dava a volta no Terreiro de Jesus, descia o Maciel de Cima, retornava ao Pelourinho e subia até as portas do Carmo. Voltava para o Terreiro, passava em frente a Catedral, rua Direita do Colégio, do Liceu e da Misericórdia. Descia a movimentada rua Chile, seguia até a ladeira da Praça, atravessava o largo de Guadalupe e, finalmente, subia a ladeira da Palma.

Enquanto os confrades do Bom Jesus da Cruz percorriam a Cidade Alta em procissão, os irmãos da Devoção do Nosso Senhor Jesus do Bonfim mantinha intensa vivência religiosa na Península do Itapagipe, local de veraneio e da construção do mais importante santuário baiano. No *Compromisso*, os fiéis se comprometiam a realizar a festa no segundo domingo depois da Epifania, ou seja, após o Dia de Reis, 06 de janeiro. Assim estabelecia o breve apostólico do Papa Pio VII, de 1804, e de novo confirmado pela portaria do Arcebispo Primaz D. Jerônimo Thomé da Silva (1893-1924), de 5 de dezembro de 1914.

Porém, só em janeiro de 1773, os festejos aconteceram pela primeira vez em janeiro. D. Sebastião Monteiro da Vide (1701-1722) decidiu pela transferência da festa para o mês de janeiro. O principal motivo da transferência foi a chuva no tempo da Páscoa, que impedia aos peregrinos de visitar e adorar o Senhor na colina sagrada. Mesmo assim, a ordem do arcebispo, de transferir os festejos do tempo da Páscoa para o ciclo do Natal, demorou a ser cumprida. A observância da nova data só aconteceu no arcebispado de D. Joaquim Borges de Figueiroa (1772-1778). Festejar o Senhor do Bonfim em janeiro colocava a sua festa sob a invocação do Santíssimo, uma das epifanias do Senhor, apresentada numa carta de Dom Romualdo de Seixas nos seguintes termos:

[...] quando li o anúncio da festividade do Senhor do Bonfim, manifestando a intenção de celebrar com a mais decência possível, como um dos meios mais eficazes de aplacar a divina justiça que tanto há pesado sobre nós e convertido esta pela capital de um teatro de pranto e luto (...) para conciliar a clemência desse adorável Senhor que tantas vezes nos tem acudido em nossas enfermidades e tribulações, não pude deixar de sentir a mais doce consolação à face do testemunho de viva fé e confiança que anima essa piedosa e respeitável associação.¹⁰

Antes da atitude de Dom Sebastião da Vide, portanto, a data da festa era móvel, algumas vezes coincidindo com a Páscoa. Afinal, cultuava-se o Crucificado. José Eduardo Carvalho Filho¹¹ nos dá essa informação com base no livro de eleições da Devoção. Segundo ele, encontra-se registrado nesse livro o dia 23 de março como a data de realização da festa, em 1761; em 1763, foi celebrada em fevereiro; em 1765, no mês de abril; em 1769, no dia 16 de maio; e em 1771, 20 de setembro.

A transferência da festa do Senhor do Bonfim para o mês de janeiro tirou o culto do contexto de paixão e morte do filho de Deus, momento em que a igreja se vestia de roxo e os fiéis, em jejum e penitência, traziam nos semblantes a seriedade e a tristeza pelo sofrimento de Cristo. No verão, a Península de Itapagipe se transformava em estação de veraneio. Louvar o filho de Deus significava também desenvolver os laços de sociabilidade em animados encontros para a realização das novenas, missas, batizados e casamentos. Nesse mesmo período aconteciam os festejos em honra de Nossa Senhora da Guia e São Gonçalo, também patronos daquele templo.

O culto começou a atrair fiéis de toda Salvador e também das ilhas da Baía de Todos os Santos e cidades do Recôncavo, extrapolou o espaço da Península de Itapagipe, onde está localizada a igreja, para ganhar as ruas da Cidade Baixa. A Devoção perdeu grande parte do domínio sobre a festa, afinal, um dia específico – a segunda quinta-feira após o dia de Reis – se afirmou, a partir do início do século XIX, como a data da lavagem do templo, ato associado ao culto de Oxalá¹².

A maioria das festas do catolicismo tem início com a novena e o ponto alto na procissão do santo homenageado. A Festa do Bonfim também tem a sua finalização com a procissão do domingo, quando a imagem peregrina do Senhor do Bonfim e imagens de santos, como Nossa Senhora da Guia, em andores enfeitados de flores, são carregados pelos devotos e guiados por padres e irmãos da Devoção de Nosso Senhor do Bonfim.

No entanto, para grande parte dos devotos e estudiosos da Festa do Bonfim, o ápice da demonstração de fé acontece no momento em que se lavam as escadas da igreja. A Lavagem do Bonfim, que acontece na quinta-feira, no meio da programação católica, é um cortejo formado por baianas e diversas manifestações culturais, sem imagens de santos ou do Jesus Crucificado. O ato ganhou grande proporção tanto em relação ao número de participantes, quanto no significado religioso, especialmente entre os adeptos das religiões afro-brasileiras, e se tornou uma manifestação de fé tão importante que, muitas vezes, suplantou os atos católicos realizados dentro da igreja.

Para lavar o adro do templo, as baianas, mulheres vestidas à maneira africana, levam cântaros com água de cheiro (água perfumada com flores e plantas aromáticas). São acompanhadas de carroças enfeitadas e puxadas por equinos, grupos musicais e manifestações culturais (Mascarados, Ternos de Reis, Bumba-meu-boi, Burrinha, etc.). Esse cortejo, repleto de música e dança, especialmente o samba, se realiza numa extensão de, aproximadamente, 8 km, percorrendo a Cidade Baixa de Salvador. Tem início no Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia e término na porta da Igreja do Bonfim.

Mudanças do período republicano

Infelizmente, não encontramos os compromissos originais das duas irmandades aqui comentadas. O *Compromisso* da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz, ao qual tivemos acesso, foi reimpresso, por ordem da Mesa Administrativa, em 1914. E o primeiro Estatuto que localizamos da Devoção do Senhor do Bonfim foi aprovado pelo arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva, em 2 de dezembro de 1918.

As duas primeiras décadas do período republicano foram cruciais para a religiosidade leiga. A Igreja Católica passava por reforma desde meados dos oitocentos e tentava garantir o controle sobre a vivência religiosa de seus fiéis, de preferência que os párocos fossem os responsáveis pelas festas dos oragos. As autoridades civis, representantes do Estado, por sua vez, desejavam modernizar, civilizar os costumes e desaffricanizar as ruas. Portanto, festejar Jesus, a família sagrada e os santos, de forma espetacular, era considerado um resquício do atraso colonial. Assim, as associações leigas precisavam realizar adaptações nos seus estatutos.

Muitos arcebispos tentaram extinguir a Lavagem do Bonfim, mas foi D. Luís Antônio dos Santos (1879-1890) quem conseguiu, com o apoio do governador e da polícia, proibir tal ato. Em 1889, o arcebispo publicou uma Portaria proibindo as lavagens e pedindo o respaldo da autoridade civil:

Convindo pôr termo por uma vez e para sempre aos graves abusos que cada dia vão em aumento nas igrejas por ocasião da lavagem das mesmas para as festas principais que nelas são celebradas; depois de exortarmos como já por vezes o temos feito, e por muitas vezes fizeram os nossos antecessores, e mostrando a experiência de cada dia que infelizmente não produziram efeito nossas exortações; a bem da moralidade, da santidade do culto Havemos por bem proibir, como pela presente proibimos terminantemente a prática abusiva da dita lavagem festiva em toda e qualquer circunstância.

Aos Reverendos Párocos, às administrações das igrejas e capelas havemos por muito recomendada a obediência desta nossa portaria, e os exortamos a proceder ao asseio das igrejas muito particularmente, em dia que não seja 5ª feira, sem anúncio de qualquer espécie que promove ajuntamento, e com toda decência e reverência possíveis.

Dada nesta cidade de S. Salvador aos 9 de Dezembro de 1889.

Dom Luís Antônio dos Santos¹³

No dia da Lavagem, 17 de janeiro de 1890, quando as baianas chegaram à colina do Bonfim, encontraram a porta da igreja fechada e guardada pela polícia. Segundo Manoel Querino¹⁴, as vassouras e quartinhas (vasos de barro contendo água de cheiro e flores) foram apreendidas. Os policiais repetiam a todo instante: “Hoje, aqui não há lavagem”. Porém, os fiéis não acataram as ordens do seu líder religioso maior e lavaram as escadarias em busca das bênçãos do Senhor do Bonfim e de Oxalá. A participação do agente estatal – a polícia – indica um interesse comum em enfraquecer a manifestação e reprimir a expressão popular nos festejos religiosos.

Nesse cenário republicano, a procissão de Nosso Senhor Bom Jesus da Cruz entrou em declínio. Segundo Silva Campos, as dificuldades para realizar tão pomposa festa começaram a surgir em 1925, quando “Tão precária se tornou sua vida econômica, tão malbaratados vinham sendo seus bens, que no ano de 1926 não foi possível celebrar-se a festa do Orago”¹⁵. O arcebispo Augusto Álvaro da Silva (1924-1968), ao saber das condições precárias de funcionamento da Confraria, destituiu a Mesa Administrativa e nomeou uma comissão para inventariar e administrar o seu patrimônio. Era o fim da festa. A nova comissão não conseguiu reavivar o entusiasmo dos devotos e a procissão deixou de ser realizada. No texto *Procissões tradicionais da Bahia*, publicado nos Anais do Arquivo Público em 1941, o cronista Silva Campos lamentava o ocorrido:

Daí em diante, até hoje, não houve mais nem festa, nem procissão. Nem haverá mais, por certo. É finda aquela geração de mulatos emproados e pimpões, dos dias idos, que tão profundo amor e vincada veneração dedicavam ao Senhor da Cruz.¹⁶

Os homens pardos não tinham mais condições financeiras para angariar recursos para a festa. O Estado, afastado da Igreja, não priorizava esse tipo de despesa. O resultado foi a dispersão dos fiéis. Enquanto isso, a festa do Senhor do Bonfim continuou a existir com todo brilhantismo. É preciso levar em consideração que a Devoção de Nosso Senhor do Bonfim tinha no seu quadro de irmãos, os homens brancos, notáveis e de alto poder aquisitivo. A própria associação recebia, além do pagamento da joia de cada membro, muitas esmolas e rendas dos alugueis de suas propriedades, especialmente imóveis na Península de Itapagipe.

O caráter elitista da Devoção também é percebido quando verificamos os nomes dos membros: Carlos de Aguiar Costa Pinto, Adolfo Espinheira Freire de Carvalho, José Joaquim Seabra, Carlos Marback de Andrade, Juracy Montenegro Magalhães, Otávio Mangabeira e Clemente Mariani. A Devoção, fundada no século XVIII por um capitão de mar e guerra e traficante de escravos, juntamente com outros portugueses, mantinha entre seus membros, no século XX, abastados comerciantes e governadores do Estado da Bahia.¹⁷

Também podemos inferir que o sucesso da festa do Senhor do Bonfim se deu, em grande parte, pelo fato da Península do Itapagipe atrair todos os anos grande número de veranistas, membros das famílias aristocráticas de Salvador, que contribuía financeiramente para os festejos. Além disso, desde o início do século XIX, a quinta-feira da Lavagem da igreja era movimentada por grande número de devotos, vindos de diferentes espaços de Salvador, das cidades do recôncavo e das ilhas. A festa deixou de ser apenas do catolicismo para incorporar ritos de outras vertentes religiosas.

A Devoção do Senhor do Bonfim renovava seu estatuto sempre que fosse necessário acompanhar as mudanças da sociedade e da Igreja Católica. No arcebispado de D. Augusto Álvaro da Silva, temos dois estatutos, um de 1944, no qual algumas mudanças já são notadas, como no que se refere às eleições, que eram anuais e, a partir de então, passaram a ser trienais. Isso pode significar a concentração de um determinado grupo à frente da Mesa administrativa por mais tempo. Outro estatuto foi escrito em 17 de junho de 1955¹⁸. Nesse documento, notamos uma ampliação nas finalidades da

Devoção, e, também, uma tendência em seguir os princípios da reforma católica, como, por exemplo, manter um serviço de assistência social aos devotos, assim como à pobreza em geral, ministrando-lhes também instrução gratuita, dentro dos princípios da caridade cristã, estabelecidos pela Igreja Católica Apostólica Romana. À Mesa, cabe resolver tudo com base nas normas do Direito Canônico e as eleições hão de ser feitas segundo o Canon 101 do Código do Direito Canônico.

Para que as festas religiosas populares permaneçam ao longo dos séculos, é preciso que acompanhem as mudanças políticas e sócio-econômicas dos grupos que as realizam. Se não se adaptam às novas condições e exigências sociais, perdem seus significados e ficam apenas na memória coletiva. Da importante procissão do Bom Jesus da Cruz restam as notas saudosistas dos cronistas e os documentos que comprovam o vigor da fé dos confrades nos séculos XVIII e XIX.

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, bolsista do CNPq-PIBIC, vinculado ao projeto *Irmandades em Salvador (1855-1920): declínio e fusões*, sob a orientação da Profa. Dra. Edilece Souza Couto.

² CAMPOS, João da Silva. Senhor da Cruz. In: *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001, p.156.

³ COMPROMISSO da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz. Salvador: Typographia Liberty, 1914, Laboratório Eugênio Veiga – LEV, p.1.

⁴ Idem, pp. 1-2.

⁵ Murça – vestimenta de cor, em forma de cabeção, usada pelo cônegos, em cima da sobrepeliz.

⁶ COMPROMISSO..., 1914, p. 33.

⁷ RECIBO da Recebedoria Municipal da Bahia, 1897. Laboratório Eugênio Veiga – LEV.

⁸ RECIBO do Commando do 5º Batalhão, 10 out. 1897. Laboratório Eugênio Veiga – LEV.

⁹ CAMPOS, 2001, p. 161.

¹⁰ Apud GROTELEARS, Martien M. *Quem é o Senhor do Bonfim: o significado do Senhor do Bonfim na vida do povo da Bahia*. Petrópoles: Vozes, 1983, p.34.

¹¹ CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*. Salvador: Typ. de São Francisco, 1923, pp.19-20.

¹² Oxalá é o orixá associado criação do mundo e da espécie humana. Simboliza a paz, é o pai maior nas nações das religiões de tradição africana. É calmo, sereno, pacificador; é o criador e, portanto, é respeitado por todos os outros Orixás. Apresenta-se de duas maneiras: moço (Oxaguiam) e velho (Oxalufan). Os símbolos do primeiro são uma idá (espada), "mão de pilão" e um escudo; o símbolo do segundo é uma espécie de cajado em metal, chamado opaxorô. A cor de Oxaguiam é o branco levemente mesclado com azul; a de Oxalufan é somente branco. O dia consagrado para ambos é a sexta-feira. Saudação: ÈPA BÀBÁ!

¹³ SANTOS, Luís Antônio dos Santos. *Portaria*. Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB - Setor Colonial - Seção de arquivos coloniais e provinciais. Maço 5209, caderno 1866, 09 de dezembro de 1889.

¹⁴ QUERINO, Manoel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Progresso, 1945, p. 145.

¹⁵ CAMPOS, 2001, p. 162.

¹⁶ Idem, p. 163.

¹⁷ ELEIÇÃO da Mesa administrativa da Devoção do Senhor do Bonfim, 1944. Laboratório Eugênio Veiga – LEV, p.1.

¹⁸ Estatuto da Devoção do Senhor do Bonfim, 1955. Laboratório Eugênio Veiga – LEV.